

21.08.08

*[Handwritten signature]*

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



**Relatório de acompanhamento da aplicação da Resolução CONAMA nº369/2006 pelo  
Departamento Estadual de proteção de Recursos Naturais no Estado de São Paulo**

**Respostas às questões formuladas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA**

(Ofício Circular nº 226 2007/DCONAMA/SECEX/MMA)

**1- Questão** - Quantitativo de pleitos de autorização para intervenção em Área de Preservação Permanente protocolados, discriminados por atividade (conforme classificação da Resolução CONAMA nº369/2006).

**Resposta:** Considerando que o banco de dados utilizado pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais não contemplava a classificação definida pela Resolução CONAMA 369/2006, informamos que os números obtidos referem-se somente a 2007, ano em que o banco de dados passou por adaptações com objetivo de possibilitar a diferenciação dos pedidos caracterizados como de utilidade pública, interesse social e baixo impacto. O resultado, conforme consta do gráfico em anexo, demonstra que em 2007 foram protocolados 1729 pleitos de autorização para intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente, sendo destes:

7594 para intervenções de baixo impacto, conforme o disposto no artigo 11 da Resolução CONAMA nº369/2006;

7204 para intervenções de interesse social, conforme o disposto no inciso II do artigo 2º da Resolução CONAMA nº369/2006;

7931 para intervenções de utilidade pública, conforme o disposto no inciso I do artigo 2º da Resolução CONAMA nº369/2006;



## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



**2- Questão:** Quantitativo de autorizações de intervenção autorizadas e negadas.

**Resposta:** Do total de 1729 pedidos de supressão ou intervenção em APP no ano de 2007, para a finalidade de baixo impacto, 457 pedidos foram deferidos e 137 indeferidos, para a finalidade de interesse social, 184 pedidos foram deferidos e 20 indeferidos, já para a finalidade de utilidade pública, 838 pedidos foram deferidos e 93 indeferidos, conforme gráfico anexo.

**3- Questão:** Fatores motivadores das negativas de autorizações de intervenção em APP.

**Resposta:** Quanto aos fatores motivadores de negativas/indeferimentos de pedidos de autorização para intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente, constata-se que parte dos pedidos negados decorre da caracterização equivocada por parte dos interessados com relação à classificação prevista na Resolução CONAMA 369/2006. Ou seja, as obras são inicialmente classificados como de baixo impacto, utilidade pública ou interesse social quando na verdade não o são. O pedido é protocolado no Departamento e só durante a análise técnica percebe-se que o mesmo não se enquadra na classificação prevista na Resolução CONAMA 369/2006.

Em todas as situações, de modo geral, os pedidos também são indeferidos pelo fato dos interessados não apresentarem medidas de caráter mitigador ou quando estas não atendem às disposições dos Artigos 5º e 6º da Resolução CONAMA nº 369/2006, e, acrescidos a estes motivos, no caso de pedidos de intervenção caracterizados como de baixo impacto ambiental também são motivo de indeferimento o não atendimento às demais disposições dos Parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 11 da Resolução, no que tange ao comprometimento das funções ambientais da APP e, muitas vezes, por excederem ao percentual de 5% (cinco por cento) da APP impactada, especialmente quando se trata de acessos à edificações fora de APP e construção de rampas e ancoradouros para barcos em lotes pequenos.

Importante esclarecer com relação ao baixo impacto ambiental que o Estado de São Paulo editou o Decreto Estadual nº 49.566/05, que restringe a supressão de vegetação nativa nos



## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



estágios inicial, médio e avançado na APP, sendo deferidos somente os pedidos em consonância com os demais dispositivos da Resolução CONAMA nº 369/2006, desde que tecnicamente viáveis e que apresentem vegetação nativa no estágio pioneiro ou sem vegetação nativa.

**4- Questão:** Características das APP's alvo: tipo de APP (conforme tipos elencados na Resolução CONAMA nº 303/02) e área de APP a ser afetada.

**Resposta:** Os tipos de APP mais freqüentemente requeridos para intervenção são aquelas localizadas:

☐ ao longo dos cursos d'água;

☐ ao redor de lagos e lagoas naturais e artificiais;

☐ nos topos de morros;

☐ em encostas com declividade superior a cem por cento ou quarenta e cinco graus na linha de maior declive;

☐ nas restingas em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima;

**5- Questão:** Trâmite processual e procedimentos de análise.

**Resposta:** O trâmite processual inicia-se em uma das 53 Equipes Técnicas do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN da Secretaria do Meio Ambiente, com o protocolo do requerimento preenchido pelo interessado, a juntada de documentação prevista na Portaria DEPRN nº 51/2005, bem como o pagamento do preço da análise, que pode variar de acordo com a área de intervenção.



## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



Os documentos necessários para supressão de vegetação ou intervenção em APP são:

- ☐ Requerimento em 2 vias (modelo fornecido pelo DEPRN)
- ☐ Pagamento do preço da análise
- ☐ Prova dominial
- ☐ Cópias simples do RG e do CPF para pessoa física, ou CNPJ para pessoas jurídicas;
- ☐ Roteiro de acesso ao local;
- ☐ Certidão da Prefeitura Municipal,
- ☐ Cópia do comprovante de quitação da multa (se houver)
- ☐ Planta planialtimétrica do imóvel em 3 vias
- ☐ Laudo de caracterização da área e da vegetação
- ☐ Outros estudos e documentos como por exemplo o laudo de caracterização de fauna;

A montagem do processo é feita por funcionário administrativo da Equipe Técnica do DEPRN, que após o protocolada documentação cadastra as informações da pessoa, da propriedade e os dados técnicos em sistema informatizado. Esse sistema informatizado funciona em rede no DEPRN e também está integrado a outras unidades da Secretaria do Meio Ambiente, o que possibilita a consulta e associação de dados a outros tipos de processos porventura existentes em nome do interessado, sejam estes de dano ambiental, infração ou impacto ambiental significativo.

Depois da montagem do processo e cadastramento das as informações no sistema, este é encaminhado ao Supervisor da Equipe Técnica, que após breve entendimento da solicitação, despacha o processo para o técnico habilitado, de acordo com o tipo de intervenção proposta. De posse do processo o técnico inicia a análise dos documentos apresentados como a prova dominial, a certidão da Prefeitura Municipal, a avaliação da situação da área em relação à existência de passivo ambiental, feita por meio de consulta a sistema de informatizado, a análise das plantas, do laudo de caracterização da vegetação, medidas compensatórias e mitigadoras e demais informações existentes. Feita essa análise, o técnico, em seguida, realiza a vistoria de campo, com



## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

objetivo de checar a situação da área a verificar se as informações relacionadas à vegetação e à fauna estão compatíveis com o(s) laudo(s) apresentado(s) pelo interessado. No momento da vistoria o técnico já deve colher o máximo de subsídios que permita concluir pela viabilidade ou inviabilidade técnica e legal para a execução da intervenção pretendida. Com base nas informações colhidas em campo é elaborado o Laudo de Vistoria e anexado ao processo. O técnico também pode complementar a análise consultando bases cartográficas oficiais, inventários da vegetação nativa do Estado, Zoneamentos Ambientais no caso de APA's e Macrozoneamentos e mais recentemente o "Mapa de Áreas Prioritárias para Incremento da Conectividade da Biodiversidade". Após a juntada da análise técnica ao processo o Supervisor da Equipe Técnica terá condições de decidir se o pedido está técnica e legalmente apto a ser deferido ou não. Pode também sugerir complementação de dados, consulta a instâncias superiores ou a outros órgãos.

Finalmente, tomada a decisão pelo deferimento do pedido o Supervisor da Equipe Técnica notificará o interessado a comparecer à unidade do DEPRN para tomar ciência da decisão e atender as condicionantes previstas na legislação como assinatura de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental da APP e averbação da Reserva Legal.

Somente após o atendimento às condicionantes o interessado estará apto a receber a autorização para supressão ou intervenção em APP. Então ele é novamente notificado a comparecer ao DEPRN para retirar o documento final, a Autorização, e uma via da planta carimbada. Uma via da planta e da autorização são encaminhadas à Polícia Ambiental para fiscalização, restando ao DEPRN ainda a publicação do ato administrativo da emissão da Autorização e demais documentos associados no Diário Oficial do Estado.

No caso do indeferimento do pedido o Supervisor da Equipe Técnica notificará o interessado a comparecer à unidade do DEPRN para tomar ciência da decisão e retirar o Termo de Indeferimento acompanhado da planta devidamente carimbada. Uma via da planta e do Termo de Indeferimento também encaminhadas à Polícia Ambiental para fiscalização e a decisão é publicada no Diário Oficial do Estado.



## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



Nos casos de deferimento o DEPRN também irá monitorar o cumprimento do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental da APP por meio da realização de nova vistoria à área, após o vencimento do prazo que consta do Termo e também fará o georeferenciamento da Reserva Legal averbada e das áreas compromissadas para recuperação.

Caso o Termo de Compromisso não seja cumprido no prazo estipulado este poderá ser executado pela Procuradoria do Estado, sendo cobrada multa em razão da obrigação de fazer assumida pelo interessado junto ao Estado. A Autorização neste caso poderá inclusive ser suspensa.

**6- Questão:** Dificuldades encontradas na interpretação e aplicação da Resolução.

**Resposta:** O DEPRN, de maneira geral, não encontrou muitas dificuldades em aplicar a resolução CONAMA 369/2006.

Um ponto, entretanto que suscita dúvidas refere-se ao que dispõe a resolução com relação à regularização fundiária sustentável. Não está claro como deve ser apresentado o Plano de Regularização Fundiária Sustentável, nem quem deve aprová-lo.

O entendimento da SMA é que, uma vez que o processo de regularização fundiária não permite novas intervenções em áreas de preservação permanente, não caberia a emissão de qualquer tipo de autorização por parte do órgão estadual, devendo o município atender a todas as exigências constantes na resolução para que a regularização fundiária seja considerada legal.

Entretanto o texto da resolução, no caput do artigo 9º, remete para a seção I, que trata especificamente da emissão de autorização para a intervenção em área de preservação permanente.

No nosso entender, todo o procedimento relacionado com a regularização fundiária sustentável, deveria estar descrito dentro da seção IV, por tratar-se de regularização de uma situação



## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



existente, não se prevendo novas intervenções nas áreas de preservação permanente, dentro do processo de regularização fundiária. Desta forma o procedimento de regularização deveria ser conduzido pelo município.

Não se devem confundir as intervenções para a implantação de infra-estrutura de saneamento e transporte, associadas ao processo de regularização fundiária, com a própria regularização. A implantação de obras e saneamento, transporte, ou de outras intervenções consideradas de utilidade pública ou interesse social, deverão ser objeto de processos específicos, já que a legislação autoriza a intervenção em área de preservação permanente com estes fins.

Encaminhe-se à Diretoria Geral do DEPRN para consideração e se de acordo envio do presente relatório ao Ministério do Meio Ambiente.

---

Geógrafa Adriana Matrangolo

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e

Apoio Técnico do DEPRN